

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1056889 - SP  
(2017/0033617-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CARLOS ROBERTO RAVELLI**  
**ADVOGADO : JOSÉ THEOPHILO FLEURY - SP133298**  
**AGRAVADO : VALDECI DELATORRE**  
**ADVOGADO : SANDRO ROGÉRIO RUIZ CRIADO - SP130013**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRADO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO AGRAVANTE.

1. O Tribunal de origem enfrentou todas as matérias essenciais para a solução da lide, não estando caracterizada negativa de prestação jurisdicional. Conforme entendimento desta Corte, não há omissão, contradição ou obscuridade no julgado quando se resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, porém em sentido diverso do pretendido pelo embargante.

2. Consoante entendimento deste Tribunal, quando a parte toma ciência inequívoca da decisão que lhe é adversa por outro meio qualquer, inicia-se a contagem do prazo para interposição do recurso cabível. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Para rever a conclusão do Tribunal local no sentido de que a matéria afeta à desconsideração da personalidade jurídica e consequente inclusão do insurgente no polo passivo da demanda estaria acobertada pela preclusão, em razão de ter sido analisada no bojo de agravo de instrumento previamente julgado, seria necessário promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

4. Inviável acolher a tese da ocorrência da prescrição, pois para aferir eventual desídia da parte exequente, seria necessário proceder ao reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

5. A incidência do referido óbice impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

6. Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator